

HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A DESTINAÇÃO DE ATIVOS DIGITAIS

Autor: Sarah Tavares Lopes da Silva, Autor: Muriana Carrilho Bernardineli

Centro Universitário de Adamantina – UniFAI e Universidad Nacional de Lomas de Zamora – UNLZ

E-mail do autor principal: salopes.adv@gmail.com

Grupo Temático: Eixo III: Direitos humanos e Justiça

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a ausência de legislação específica sobre herança digital no Brasil, com enfoque na destinação de ativos digitais, como criptoativos, contas em redes sociais e e-mails de pessoas falecidas. A pesquisa volta-se à compreensão dos impactos jurídicos dessa lacuna normativa, especialmente diante da crescente digitalização das relações sociais e patrimoniais, tendo como público-alvo operadores do Direito e a sociedade em geral. A ação extensionista consistiu na realização de levantamento legislativo e análise de projetos de lei em tramitação no Brasil, bem como na promoção de orientações jurídicas à comunidade sobre os riscos decorrentes da ausência de regulamentação específica. Foram desenvolvidas atividades como produção de conteúdo informativo, palestras e atendimentos jurídicos, com foco na conscientização sobre a importância do planejamento sucessório digital. Como indicadores de extensão, foram considerados o número de participantes nas ações educativas, a identificação de dúvidas recorrentes sobre acesso e destinação de ativos digitais e o grau de conhecimento dos participantes acerca da inexistência de norma específica. Os resultados evidenciaram insegurança jurídica significativa, dificuldades enfrentadas por herdeiros no acesso a bens digitais e a insuficiência das normas atuais para resolver tais conflitos. Conclui-se que, embora existam projetos de lei em tramitação, a ausência de regulamentação consolidada sobre herança digital no Brasil gera desafios relevantes à efetivação de direitos sucessórios. A ação extensionista demonstrou a necessidade de avanço legislativo e de maior conscientização social para garantir segurança jurídica e adequada destinação do patrimônio digital.

Palavras-chave: Herança digital; Lacuna legislativa; Ativos digitais